

PROCESSO SELETIVO

Caderno de Provas

Data de aplicação: 10/03/2013

108 - ADI - NÍVEL SUPERIOR PLENO – FINANÇAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

CHAVE DE SEGURANÇA:
PLEFI1

1. Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém setenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 70, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
2. Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
4. Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
5. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta para a prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
6. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
7. Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
8. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
9. A duração total das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
10. Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
11. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
12. É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
13. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
14. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.



INFORMAÇÕES

- **11/03/2013** - A partir das 15h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar das provas objetivas.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

QUESTÃO 1

Na lei orçamentária anual (LOA) estão estimadas as receitas que serão arrecadadas durante o ano e definidas as despesas que o governo espera realizar com esses recursos, conforme aprovado pelo Legislativo. Marque C (CERTO) ou E (ERRADO) para o(s) orçamentos(s) que está(ão) contido(s) na LOA.

- () O orçamento fiscal.
 () O orçamento da seguridade social (previdência, assistência e saúde).
 () O orçamento de investimentos das empresas estatais.
 () O orçamento de todas as fundações públicas e autarquias.

Pode-se afirmar que:

- (A) todos estão CERTOS.
 (B) apenas um está CERTO.
 (C) apenas dois estão CERTOS.
 (D) apenas três CERTOS.
 (E) todos estão ERRADOS.

QUESTÃO 2

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) orienta a elaboração e execução do orçamento anual. Analise as afirmações a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA) para o(s) temas (s) que é(são) abordado(s) na LDO.

- () Alterações tributárias.
 () Gastos com Pessoal.
 () Política Fiscal.
 () Transferências da União.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
 (B) apenas uma CERTA.
 (C) apenas duas CERTAS.
 (D) apenas três CERTAS.
 (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 3

O Imposto de Exportação é de competência exclusiva da União. Analise as afirmações a seguir.

- I. O imposto sobre a exportação tem como fato gerador a saída da mercadoria do território aduaneiro.
- II. O imposto sobre a exportação é calculado utilizando-se como base o preço normal que a mercadoria alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência no mercado internacional.
- III. Para incentivar a venda de produtos ao exterior pela indústria, qualquer imposto sobre a exportação não pode ultrapassar a alíquota de 30%.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
 (B) apenas uma está correta.
 (C) apenas I e II estão corretas.
 (D) apenas II e III estão corretas.
 (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 4

Sairão do estabelecimento industrial com suspensão do IPI as Matérias-primas (MP), Produtos Intermediários (PI) e Material de Embalagem (ME), adquiridos por pessoas jurídicas preponderantemente exportadoras. Nesse caso, considera-se pessoa jurídica preponderantemente exportadora aquela cuja receita bruta decorrente de exportação para o exterior, no ano-calendário imediatamente anterior ao da aquisição, houver sido:

- (A) Superior a 70% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.
- (B) Superior a 60% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, sem a exclusão de impostos e contribuições incidentes sobre a venda.
- (C) Superior a 60% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.
- (D) Superior a 50% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, após excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.
- (E) Superior a 50% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços no mesmo período, sem a exclusão de impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

QUESTÃO 5

Arrecadação de IR de pessoa jurídica teve queda de 0,76% em 2012

BRASÍLIA – Refletindo a queda na lucratividade das empresas, os tributos que incidem sobre a renda do setor produtivo apresentaram baixa ao longo de 2012. O recolhimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) somou R\$ 108,840 bilhões no ano passado, queda real de 0,76% sobre 2011.

(Edna Simão, Lucas Marchesini e Eduardo Campos / Jornal Valor Econômico, com adaptações) – jan/2013

São contribuintes e, portanto, estão sujeitos ao pagamento do IRPJ as pessoas jurídicas e as pessoas físicas a elas equiparadas, domiciliadas no País. Sobre o tema, analise as afirmações a seguir.

- I. O IRPJ tem alíquota de 5% sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 1.000.000,00 por mês.
- II. As pessoas jurídicas e as pessoas físicas a elas equiparadas devem apurar o IRPJ com base no lucro, que pode ser real, presumido ou arbitrado.
- III. As micro e pequenas indústrias estão isentas do imposto.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
 (B) apenas uma está correta.
 (C) apenas I e II estão corretas.
 (D) apenas II e III estão corretas.
 (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 6

A arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi de R\$ 58 bilhões em 2012, queda de 6,12% em relação ao ano anterior. Analise as afirmações a seguir.

- I. O valor da CSLL pode ser deduzido para efeito de determinação do lucro real, inclusive de sua própria base de cálculo.
- II. Da CSLL trimestral, resultante da aplicação da alíquota prevista na legislação em vigor, não pode ser deduzido o valor da CSLL já retida por cliente, mesmo que seja órgão público ou autarquia.
- III. Mesmo a pessoa jurídica, que apurar anualmente o imposto sobre a renda com base no lucro real, deve apurar a CSLL trimestralmente e com base no resultado ajustado.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 7

A partir do ano-calendário de 2003, as pessoas jurídicas adimplentes com os tributos e contribuições administrados pela RFB nos últimos cinco anos-calendário, submetidos ao regime de tributação com base no lucro real ou presumido, podem se beneficiar do bônus de adimplência fiscal.

Não faz jus ao bônus a pessoa jurídica que, nos últimos cinco anos-calendário, se enquadre em qualquer das seguintes hipóteses, em relação aos tributos e contribuições administrados pela RFB, exceto:

- (A) Inscrição em dívida ativa.
- (B) Ser classificada, pela RFB, como empresa de grande porte.
- (C) Débitos com exigibilidade suspensa.
- (D) Recolhimentos ou pagamentos em atraso.
- (E) Falta ou atraso no cumprimento de obrigação acessória.

QUESTÃO 8

Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS possuem regras bastante similares, variando conforme seus contribuintes sejam pessoas jurídicas de direito privado, público ou contribuintes especiais, tais como instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, sindicatos e templos. Analise as afirmações a seguir.

- I. São isentas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins as receitas dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista.
- II. A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.
- III. São isentas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins as receitas do transporte internacional de cargas ou passageiros.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 9

As contribuições previdenciárias abrangem diversas contribuições cobradas de empresas ou entidades equiparadas à empresa pela legislação. Analise as afirmações a seguir.

- I. A implantação de previdência complementar aos empregados é obrigatória para as indústrias e, por isso, faz parte das despesas previdenciárias da entidade.
- II. Em regra, a contribuição incide sobre a folha de pagamento, porém, alguns contribuintes estão sujeitos à incidência da contribuição previdenciária sobre a receita.
- III. A empresa é responsável pela arrecadação, mediante desconto na remuneração paga, devida ou creditada, e pelo recolhimento da contribuição dos segurados (empregado e trabalhador avulso) a seu serviço, observado o limite máximo do salário-de-contribuição.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 10

O Sistema Tributário Nacional (STN) é disciplinado por uma vasta legislação que inclui a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, leis complementares, leis ordinárias, decretos-lei, decretos, portarias, resoluções, instruções e demais normas. Analise as afirmações a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA).

- () Imposto é o tributo cuja obrigação não tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- () Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários, mas que devem ser suspensos imediatamente após a celebração da paz.
- () A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- () A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 11

A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Analise as afirmações a seguir.

- I. Uma instrução normativa da Receita Federal do Brasil pode, isoladamente, estabelecer a instituição de tributos, ou a sua extinção.
- II. Somente a lei pode estabelecer as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades.
- III. Entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda que instituem ou majoram tais impostos.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 12

Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente aplicará a legislação tributária utilizando, sucessivamente:

- (A) A equidade; os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; e a analogia.
- (B) A equidade; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; e a analogia.
- (C) A analogia; os princípios gerais de direito tributário; os princípios gerais de direito público; e a equidade.
- (D) Os princípios gerais de direito tributário; a analogia; os princípios gerais de direito público; e a equidade.
- (E) Os princípios gerais de direito público; os princípios gerais de direito tributário; a equidade; e a analogia.

QUESTÃO 13

Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre os casos a seguir, exceto:

- (A) Suspensão do crédito tributário.
- (B) Em caso de dúvida quanto à autoria, imputabilidade, ou punibilidade.
- (C) Dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- (D) Outorga de isenção.
- (E) Exclusão do crédito tributário.

QUESTÃO 14

Bancos que enfrentaram problemas já voltaram à normalidade, diz Tombini

BRASÍLIA – O presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, disse que a maioria dos bancos que enfrentou dificuldades decorrentes da crise financeira e econômica global já voltou à normalidade.

Para Tombini, o sistema financeiro brasileiro está mais sólido atualmente do que estava há dois anos. “Não ficamos parados nessa área. Estabilidade se conquista no dia a dia”, afirmou, ressaltando que várias medidas têm sido adotadas pelo BC e pelo Conselho Monetário Nacional para melhorar a regulação prudencial e a capacidade da autarquia como autoridade de supervisão bancária.

(Murilo Rodrigues Alves e Mônica Izaguirre | Jornal Valor Econômico, com adaptações) – dez/2012

Sobre a composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN), analise os itens a seguir – marque ON para órgãos normativos, ES para entidades supervisoras e OP para operadores – e escolha a alternativa correta.

- () Conselho Monetário Nacional (CMN).
- () BM&FBOVESPA.
- () Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- () Banco do Brasil S/A.
- () Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

- (A) ES, ES, (EN/ES), ES, OP.
- (B) ES, ES, OP, OP, OP.
- (C) ON, OP, ON, (OP/ES), ON.
- (D) ON, OP, ON, OP, ON.
- (E) ON, OP, ES, OP, ES.

QUESTÃO 15

Na estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil tem papel fundamental. Analise as afirmações a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA) para as atribuições do Banco Central do Brasil.

- () Emitir papel-moeda e moeda metálica.
- () Realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras.
- () Estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras.
- () Receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 16

A partir da década passada, o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) passou por profundas mudanças. Analise as afirmações a seguir.

- I. A Câmara de Câmbio processa as transações do mercado interbancário de câmbio e a Câmara de Derivativos opera sistema de liquidação de operações com derivativos.
- II. Na compensação de cheques, tem papel de destaque o Banco do Brasil S.A., responsável pela operação da Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe).
- III. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) figura na atualidade como um ator importante no sistema de pagamentos, considerando que, atuando como correspondente bancário, atende a quase todos os municípios brasileiros nos quais inexistem agências bancárias.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 17

O STR é um sistema de transferência de fundos com liquidação bruta em tempo real (LBTR). Analise as afirmações a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA).

- () O STR pertence ao Banco Central do Brasil, mas não é operado por este.
- () Somente o titular da conta a ser debitada pode emitir a ordem de transferência de fundos.
- () A utilização do STR não sujeita o participante ao pagamento de tarifas.
- () Além desses movimentos financeiros, são liquidados no STR os resultados apurados em sistemas de compensação e de liquidação que liquidam de forma diferida-líquida, por exemplo, os resultados interbancários da compensação de cheques e dos pagamentos de boletos de cobrança.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 18

Em 2010 o Banco Central anunciou medidas que simplificam e desburocratizam as regras para operações no mercado de câmbio, mas também facilitam a saída de dólares do País e reforçam a atuação do Tesouro Nacional nesse mercado. Sobre as normas cambiais, analise as afirmações a seguir.

- I. É permitido às pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no País pagar suas obrigações com o exterior em moeda estrangeira, mediante operação de câmbio.
- II. Para determinação da equivalência em dólares dos Estados Unidos das operações de câmbio cursadas em outras moedas estrangeiras deve ser utilizada a correlação paritária mais recentemente disponível, na data do evento, informada na transação PTAX800 no Sisbacen.
- III. De acordo com as normas de câmbio do Banco Central do Brasil, os pagamentos ao exterior e os recebimentos do exterior devem ser efetuados em espécie ou, excepcionalmente, por outra forma prevista na legislação.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 19

Nas operações de câmbio interbancárias a termo, podemos considerar as seguintes características, exceto:

- (A) A taxa de câmbio é livremente pactuada entre as partes.
- (B) A taxa de câmbio deve espelhar o preço negociado da moeda estrangeira para a data da liquidação da operação de câmbio.
- (C) Possuem código de natureza de operação específico.
- (D) São admitidos adiantamentos das moedas.
- (E) São celebradas para liquidação em data futura, com entrega efetiva e simultânea das moedas, nacional e estrangeira, na data da liquidação das operações de câmbio.

QUESTÃO 20**Mercado prevê mais inflação e menos crescimento em 2013**

Os economistas do mercado financeiro subiram, na semana passada, sua previsão para a inflação deste ano, ao mesmo tempo em que baixaram sua estimativa para o crescimento da economia brasileira em 2013, segundo o relatório de mercado, também conhecido como Focus, que é fruto de pesquisa do Banco Central com mais de 100 instituições financeiras. O levantamento foi divulgado nesta segunda-feira (21).

(Portal G1, em Brasília) – jan/2013

É um Índice de inflação calculado pela Universidade de São Paulo (USP), com período de apuração compreendido entre os dias 1 e 30 de cada mês:

- (A) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
- (B) Índice de Preços ao Consumidor FIPE (IPC-FIPE).
- (C) Índice de Preços ao Consumidor (IPC).
- (D) Índice Geral de Preços (IGP).
- (E) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

QUESTÃO 21**Juros fecham em alta após ata do Copom reiterar Selic estável**

SÃO PAULO – As taxas de juros projetadas nos contratos negociados na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) fecharam em alta, com forte volume movimentado, após a ata do Comitê de Política Monetária (COPOM) sinalizar que o Banco Central não vai começar um novo ciclo de afrouxamento monetário, independentemente do ritmo da atividade econômica.

(Por João José Oliveira | Jornal Valor Econômico) – jan/2013

Analise as afirmações abaixo.

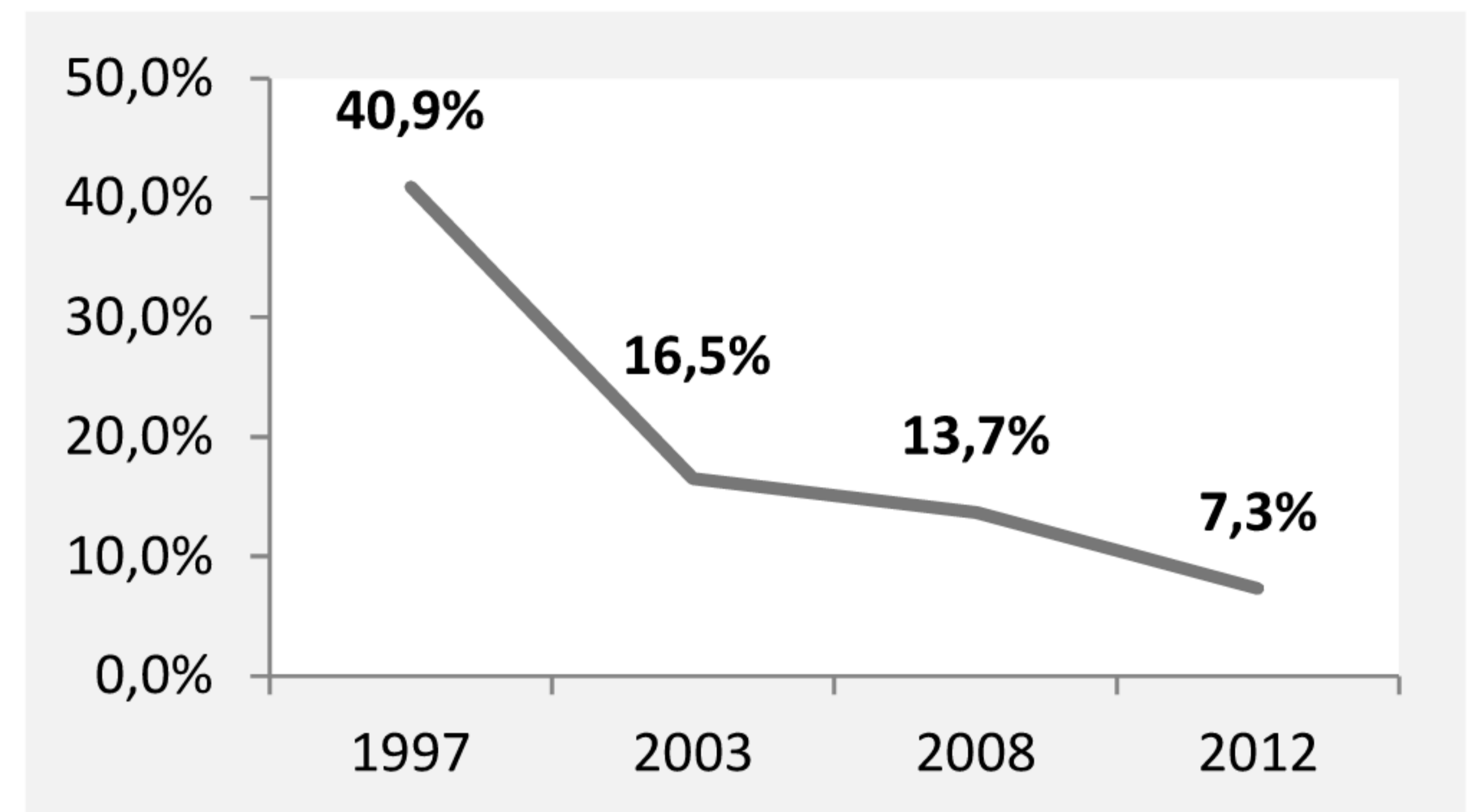
- I. As reuniões do COPOM são mensais e sua ata é publicada na semana seguinte ao encontro.
- II. O Comitê de Política Monetária (COPOM) é um órgão criado pelo Banco Central e tem como objetivo estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa básica de juros.
- III. O COPOM é constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda (Presidente), pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil (Bacen) e seus Diretores. Os serviços de secretaria são exercidos pelo Bacen.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 22

O gráfico a seguir demonstra a evolução da meta SELIC fixada pelo COPOM desde 1997.



Analise as afirmações a seguir.

- I. Apesar da redução relevante dos juros nominais, a economia brasileira encerrou 2012 com o maior índice inflacionário (medido pelo IPCA) do período especificado no gráfico.
- II. A meta SELIC é uma taxa de referência para a economia e seus movimentos são seguidos, na mesma proporcionalidade, nas operações de crédito das instituições financeiras.
- III. A SELIC é a taxa que remunera todos os títulos públicos pós-fixados.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 23

Suponha que, na seguinte tabela, há as projeções da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para o crescimento industrial no período 2012-2017. A 2ª linha aponta o erro esperado para cada projeção.

Projeção	2013	2014	2015	2016	2017
ABDI	3,0%	3,5%	3,0%	3,5%	3,0%
Erro	± 1%	± 2%	± 2,5%	± 3%	± 3,5%

(os números não são reais e nem da ABDI)

Analise as afirmações abaixo.

- I. Analisando apenas as projeções, o desvio-padrão da série é maior que 1%.
- II. É provável que, em 2016, as projeções refeitas para 2017 tenham erro esperado menor.
- III. Considerando que a probabilidade de erro para cima ou para baixo é a mesma, a maior média móvel de três anos para as projeções está no período 2015-2017.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 24

Uma aplicação de R\$ 100.000,00 foi feita à taxa de 6% ao ano, capitalizada mensalmente. O investidor receberá os juros todo mês e o aplicará à taxa de 1% ao mês, considerando juros compostos. Ao final de três meses, o total acumulado pelo investidor será de:

- (A) R\$ 1.500,00
- (B) R\$ 1.530,20
- (C) R\$ 101.530,20
- (D) R\$ 101.515,05
- (E) R\$ 104.575,55

QUESTÃO 25

As taxas de juros nem sempre são expressas no tempo usual. Com frequência é necessário adaptá-la ao período desejado. Analise as afirmativas a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA).

- () 12,0% ao mês é equivalente a 1,0% ao ano.
- () 26,8% ao ano é proporcional a 2,0% ao mês.
- () 1,9% ao trimestre é proporcional a 7,8% ao ano.
- () 5% ao bimestre é equivalente a 10,0% ao quadrimestre.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 26

Pagamento do IPTU e IPVA em cota única garante 5% de desconto

Em 2013, quem optar por pagar os impostos de uma única vez, ou seja, em cota única, terá abatimento de 5% sobre o valor total. Previsto pelas Lei Complementar 836/2011 e Lei 4.627/2011, o desconto vale para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), respectivamente.

GDF (dez/2012)

Se considerarmos que um contribuinte pagasse o IPTU à vista e obtivesse um desconto – do tipo simples comercial (por fora) – de R\$ 50, o valor nominal do IPTU seria de:

- (A) R\$ 1.000,00
- (B) R\$ 1.050,00
- (C) R\$ 952,38
- (D) R\$ 950,00
- (E) R\$ 1.032,40

QUESTÃO 27

Um estudante receberá, como bolsa de estudo, o valor de R\$ 79.900,00, sendo R\$ 10.100,00 à vista, R\$ 53.000,00 após 6 meses e R\$ 16.800,00 após 12 meses. Considerando uma taxa pelos juros simples de 12% ao ano, qual o valor presente dessa operação?

- (A) R\$ 75.000,00
- (B) R\$ 75.100,00
- (C) R\$ 70.414,00
- (D) R\$ 70.514,00
- (E) R\$ 79.900,00

QUESTÃO 28

Um título com prazo de 24 meses pode ser descontado no seu 19º mês. O banco A propõe taxa de 5% ao mês e utiliza o desconto simples comercial (por fora). O banco B, por sua vez, pratica taxa de 6% ao mês e usa o desconto simples racional (por dentro). Analise as afirmações a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA).

- () O desconto no banco A acaba sendo maior e, por isso, é mais vantajoso para o cliente.
- () A taxa menor do banco A torna-o a proposta mais interessante para o cliente.
- () Apenas uma taxa igual ou menor que 4,5% praticada pelo banco B o tornaria, em relação ao banco A, uma opção mais vantajosa para o cliente.
- () A opção pelo banco B seria favorável ao cliente mesmo com uma taxa de 6,5% ao mês.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 29

Um contrato é reajustado anualmente e à taxa de 16,554% ao ano. A forma de acumulação dos juros, contudo, usa a capitalização contínua. Após 12 meses, portanto, o contrato inicial de R\$ 200.000,00 será reajustado para que valor? Considere $16,544\%/12 = 1,38\%$; $\ln(1,0138) = 1,37\%$; $\ln(1,16554) = 15,32\%$; $e^{0,16554} = 1,18$.

- (A) R\$ 247.744,11
- (B) R\$ 236.000,00
- (C) R\$ 235.753,11
- (D) R\$ 235.474,21
- (E) R\$ 230.640,00

QUESTÃO 30

No contrato entre uma empresa transmissora de energia e uma hidrelétrica, a primeira receberá 10 parcelas anuais, sendo a primeira após 12 meses e no valor de R\$ 16.000.000,00. As parcelas seguintes serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até o final do contrato, que é de 10 anos. Considerando que o mercado exige desse tipo de operação uma taxa de IPCA + 4% e que a inflação projetada para o período é de 3,5% ao ano, qual alternativa indica o valor a ser pago, por um investidor, por esse contrato?

Considere: IPCA + 4% = 7,6% ao ano; a soma das 10 parcelas atualizadas pela inflação somará R\$ 187.702.290,57; todas as parcelas pagas, atualizadas por 7,6% ao ano, resultam em R\$ 261.340.739,15 no final de 10 anos; 7,6% ao ano, por 10 anos, é igual a 108,0%.

- (A) Menor que R\$ 130 milhões.
- (B) Entre R\$ 130 e 140 milhões.
- (C) Entre R\$ 140 e 150 milhões.
- (D) Entre R\$ 150 e 160 milhões.
- (E) Maior que R\$ 160 milhões.

QUESTÃO 31

Um empréstimo tem 60 prestações iguais e sucessivas de R\$ 232,89. A primeira será paga um mês após o crédito e a taxa de juros pactuada é de 1,17% ao mês. Considerando juros compostos, qual o valor presente dessa operação?

(Considere: $1,0117^{60} = 2,0096 = x$; e $(x-1) / (0,0117x) = 42,9392$)

- (A) Menos de R\$ 9.900,00.
- (B) Entre R\$ 9.900,00 e R\$ 10.100,00.
- (C) Entre R\$ 10.100,00 e R\$ 10.200,00.
- (D) Entre R\$ 10.200,00 e R\$ 10.300,00.
- (E) Mais de R\$ 10.300,00.

QUESTÃO 32

O título **A** tem valor nominal de R\$ 112.000,00 e vence em 6 meses. Já o título **B** tem valor nominal de R\$ 106.000,00 e vence em 3 meses. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O valor presente do título **B**, descontado à taxa de 30% ao mês nos juros compostos, resultaria em menos da metade do seu valor nominal.
- II. Considerando a taxa de 1% ao mês e por juros simples, os títulos **A** e **B** são capitais equivalentes no momento zero.
- III. Não se pode afirmar que o título **A** tem, definitivamente, uma taxa de juros maior.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas uma está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão incorretas.

QUESTÃO 33

Um Certificado de Recebível Imobiliário (CRI) é corrigido à taxa de juros de 18% ao ano, capitalizados mensalmente. Analise as afirmativas a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA).

- () A taxa de juros nominal ultrapassa 19% ao ano.
- () Se a inflação for de 6% ao ano, a taxa de juros real será de exatos 12% ao ano.
- () Se dobrássemos a taxa de juros do CRI, e considerássemos inflação de 6% ao ano, os juros reais da operação mais que dobrariam.
- () A taxa efetiva da operação é maior que a taxa de juros reais.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 34

O sistema de amortização em que, no seu modelo padrão, gera prestações em valores decrescentes é o:

- (A) Sistema de Amortização Constante (SAC).
- (B) Sistema de Prestação Crescente (SPC).
- (C) Sistema Alemão.
- (D) Sistema Price.
- (E) Sistema Americano.

QUESTÃO 35

Um empréstimo de R\$ 100.000,00, com prestações mensais e prazo de 5 meses, tem taxa de 1,0% a.m. e a primeira prestação será paga um mês após o crédito. Qual dos sistemas de amortização a seguir produziria a primeira prestação mais alta?

- (A) Sistema de Amortização Misto (SAM).
- (B) Sistema de Amortização Constante (SAC).
- (C) Sistema Price.
- (D) Sistema de Amortização Francês (SAF).
- (E) Método de Gauss.

QUESTÃO 36

Uma sucessão de recebimentos (ou pagamentos) é também denominada de renda. Elas são diferenciadas por características como prazo, elementos da renda, valor, periodicidade e início do pagamento. O recebimento de aposentadoria pelo INSS, que é vitalício e tem reajustes anuais, estaria mais adequado à renda classificada como:

- (A) Temporária, aleatória, variável, periódica e antecipada.
- (B) Temporária, certa, variável, periódica e antecipada.
- (C) Perpétua, certa, variável, periódica e antecipada.
- (D) Perpétua, aleatória, variável, periódica e postecipada.
- (E) Perpétua, certa, variável, periódica e postecipada.

QUESTÃO 37

A tabela a seguir lista dois fluxos de caixa, a Taxa Interna de Retorno (TIR) de cada um deles e o VPL, este último com base em uma taxa de desconto de 8% ao ano. Considere, ainda, que a empresa tem R\$ 200 mil para investir e que estão aplicados à taxa de 6% ao ano, mas é possível obter mais capital em até R\$ 425 mil por meio de empréstimo bancário e a essa mesma taxa. Analise as afirmativas a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA).

Valores do fluxo em R\$ mil

Projetos	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	TIR	VPL (8%)
A	-500,00	-30,00	230,00	440,00	9,5%	17,3
B	-125,00	15,00	65,00	90,00	13,6%	14,9

- () Mesmo que o resultado do fluxo de caixa **A** não considere o financiamento à taxa de 6% ao ano, ele é o mais atrativo para a empresa.
- () Pelos dados apresentados, e considerando que nos fluxos **A** e **B** os valores de eventual empréstimo bancário não estão incluídos, o VPL mais alto é o que definirá o projeto mais atrativo.
- () Com taxa de desconto de 16%, ambos os VPLs seriam menores que zero.
- () No fluxo **B**, se a taxa de desconto fosse a mesma da TIR, o VPL seria zero.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 38

Analise o ativo abaixo, julgue as informações a seguir e marque C (CERTA) ou E (ERRADA).

Letra Financeira Subordinada (LFS)

Valor da emissão: R\$ 300.000,00

Prazo: 3 anos

Remuneração: pré-fixada de 7,8% ao ano

Inflação do período (3 anos): 14,1%

Imposto de renda: 15% sobre o ganho

- () O ganho real da operação é positivo.
- () Em aplicações financeiras pré-fixadas, o ganho nominal será sempre maior que o ganho real.
- () A rentabilidade, descontando o imposto de renda, foi superior a 6,5% ao ano.
- () O valor pago de imposto de renda é maior que o ganho líquido real obtido.

Pode-se afirmar que:

- (A) todas estão CERTAS.
- (B) apenas uma CERTA.
- (C) apenas duas CERTAS.
- (D) apenas três CERTAS.
- (E) todas estão ERRADAS.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa correta acerca do ato administrativo e sua revogação e anulação.

- (A) O ato administrativo pode ser anulado se proposta uma ação popular pelo Ministério Público.
- (B) O ato administrativo pode ser revogado se proposta uma ação civil pública.
- (C) O ato administrativo pode ser revogado por meio de decisão transitada em julgado em ação civil pública proposta pelo Ministério Público.
- (D) O ato administrativo pode ser anulado pelo Administrador Público.
- (E) O ato administrativo somente pode ser revogado pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 40

Pode-se afirmar que é motivo do ato administrativo:

- (A) Aquele previsto em lei para o ato administrativo ser válido.
- (B) Situação de fato ou de direito que determina ou autoriza a realização do ato administrativo.
- (C) Está sempre previsto em lei, sem exceções.
- (D) Apresenta o mesmo conteúdo jurídico de sua motivação.
- (E) Deve ser apresentado para a dispensa de servidor exonerável *ad nutum*.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta a respeito dos objetivos da licitação realizada pela ABDI, conforme dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI.

- (A) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a ABDI e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.
- (B) A licitação é um processo administrativo que se destina a assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com a ABDI, disciplinada pela Lei nº 8.666/93 e que estabelece critérios objetivos de seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público.
- (C) Licitação pública é o procedimento administrativo da ABDI que se compõe de uma série encadeada de atos administrativos formais, com cada um deles assumindo sentido próprio, servindo a determinada utilidade, e todos eles em conjunto, propiciando à ABDI a escolha do proponente para com ela celebrar contratos administrativos.
- (D) Licitação é o procedimento administrativo realizado pela ABDI pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões, permissões de obra, serviço de uso exclusivo de bem público, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.
- (E) Licitação, no ordenamento jurídico da ABDI, é o processo administrativo em que a sucessão de fases e atos leva à indicação de quem vai celebrar acordos com a ABDI. Visa, portanto, a selecionar quem vai contratar, por oferecer proposta mais vantajosa ao interesse público. A decisão final do processo licitatório aponta o futuro contratado.

QUESTÃO 42

É incorreto afirmar que a licitação será dispensada, conforme determina o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI:

- (A) Nos casos de calamidade pública ou grave perturbação da ordem pública e nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da ABDI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens.
- (B) Na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação e na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo.
- (C) Na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com base no preço do dia e na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos.
- (D) Na contratação com serviços sociais autônomos ou com órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública, quando o objeto do contrato for vinculado às atividades finalísticas do contratado e na aquisição de componentes ou peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia.
- (E) Nos casos de urgência para atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis em tempo hábil para se realizar a licitação e na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrução vinculados às atividades finalísticas da ABDI.

QUESTÃO 43

Para a habilitação nas licitações da ABDI, poderá ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Habilitação Jurídica: cédula de identidade, prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos pelo Regulamento em tese.
- (B) Qualificação Técnica: registro ou inscrição na entidade profissional competente, documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório, prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- (C) Qualificação Econômico-financeira: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório, certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no Regulamento em questão, que será devolvida para o licitante vencedor quando da assinatura do contrato e capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
- (D) Regularidade Financeira-fiscal: documentos comprobatórios da solvência da empresa juntos aos cartórios pertinentes, documentos fiscais comprobatórios do mínimo exigido por lei como capital social e juntada de autos de infração expedidos contra a empresa nos últimos cinco anos.
- (E) Regularidade Fiscal: prova de inscrição no CPF ou CNPJ, prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

QUESTÃO 44

De acordo com o procedimento e o julgamento das propostas e recursos previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar que:

- (A) O procedimento da licitação será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual serão definidos o objeto, a estimativa do seu valor e os recursos para atender à receita e despesa, com consequente autorização e pagamento, e a qual serão juntados na abertura os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.
- (B) Na definição do objeto, não será admitida a indicação de características ou especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela autoridade competente.
- (C) Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto poderá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.
- (D) O ato convocatório deverá ser impugnado, no todo ou em parte, até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Não impugnado o ato convocatório, é decadente o direito de questionar a matéria nele constante.
- (E) Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados dirigidos ao Presidente da Comissão por intermédio de advogado, por escrito, no prazo de cinco dias úteis e, na modalidade convite e pregão, dois dias úteis, pelo licitante que se julgar prejudicado.

QUESTÃO 45

Leia as seguintes afirmações a respeito do Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI e siga as instruções a seguir.

- I. As empresas deverão participar dos processos licitatórios constituídas na forma de consórcio, obedecidas às disposições legais sobre a matéria, desde que haja autorização expressa no edital, mas não poderão participar das licitações nem contratar com a ABDI seus dirigentes ou empregados.
- II. Os instrumentos convocatórios poderão assegurar à ABDI o direito de cancelar a licitação antes de assinado o contrato, desde que justificadamente.
- III. Na contagem dos prazos estabelecidos no Regulamento em questão excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, sem exceções legais, lembrando-se de que somente se iniciam e vencem os prazos em dia de funcionamento da ABDI.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 46

É incorreto afirmar, a respeito dos princípios que regem o Regulamento de Convênios da ABDI:

- (A) A ABDI tem por objeto promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de emprego e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia, podendo para tanto buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas.
- (B) A ABDI articulará com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas ou consórcios o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento industrial, e, em especial, com os programas e projetos estabelecidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- (C) A ABDI promoverá a execução de convênios de política industrial com a aplicação de recursos próprios, sendo vedada a aplicação de recursos exclusivamente de terceiros em respeito ao Princípio da Transparência Pública.
- (D) Se a ABDI, em razão do estabelecimento de parceria com terceiros, receber recursos para aplicação em projetos de promoção da execução de políticas de desenvolvimento industrial, observará e fará observar as regras e condições estabelecidas pelas entidades supridoras dos recursos.
- (E) O executor, quando da execução de despesas com os recursos transferidos pela ABDI, se sujeita às regras de direito público, caso seja pessoa jurídica de direito público, ou, em se tratando de pessoa jurídica privada sem fins lucrativos, aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessárias, nesse caso, no mínimo três cotações prévias de preços no mercado antes da celebração dos contratos.

QUESTÃO 47

A ABDI formalizará ou modificará a relação jurídica com seus parceiros, instituições públicas ou privadas, utilizando-se dos seguintes instrumentos previstos no Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Plano Financeiro: instrumento regulamentador do montante financeiro aplicado nos contratos celebrados mediante as normas do Regulamento de Convênios da ABDI.
- (B) Acordo de Cooperação Técnica: instrumento cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes.
- (C) Convênio: disciplina a transferência de recursos da ABDI a terceiros, visando à execução de ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (D) Convênio de Patrocínio: regulamenta a transferência de recursos da ABDI com o fim de apoiar, subsidiária e secundariamente, atividades e ações integrantes de projetos de responsabilidade de terceiros, relacionados à atividade fim da ABDI.
- (E) Termo Aditivo: utilizado para promover modificações nas cláusulas e condições ajustadas originalmente em convênios e nos acordos de cooperação.

QUESTÃO 48

Para o estabelecimento da relação interinstitucional com os parceiros da ABDI, adotam-se as seguintes definições do Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Concedente: será sempre a ABDI que vem a ser a detentora dos programas e conta com os recursos necessários à efetivação da transferência.
- (B) Executor: instituição pública ou privada que se responsabiliza diretamente pela execução física e financeira do convênio.
- (C) Coexecutor: instituição pública ou privada que participa do convênio para atuar como corresponsável pela execução física e/ou financeira do objeto pactuado.
- (D) Interveniente: instituição pública ou privada que participa do convênio para executar exclusivamente as metas físicas, sem se envolver com os aspectos financeiros referentes às ações pactuadas.
- (E) Mandatário: pessoa que vai executar as normas da ABDI e cumprir mandados recebidos, executor dos atos ordenados ou autorizados pelo mandante.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa que contém os elementos do Plano de Trabalho previsto no Regulamento de Convênios da ABDI.

- (A) Cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes; e detalhamento dos participantes.
- (B) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e cronograma de recebimento de recursos.
- (C) Detalhamento das despesas; e cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes.
- (D) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e detalhamento dos participantes.
- (E) Cronograma de recebimento de recursos; e Projeto Básico.

QUESTÃO 50

Conforme o disposto no Regulamento de Convênios da ABDI, os recursos transferidos pela ABDI para execução do convênio não poderão, no todo ou em parte, ser aplicados em outras atividades não previstas no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência. São vedações previstas no Regulamento de Convênios da ABDI em relação ao tema proposto, exceto:

- (A) Despesas diversas daquelas aprovadas pela ABDI; e despesas com obrigações trabalhistas alheias ao objeto do convênio.
- (B) Despesas com obrigações previdenciárias e/ou tributárias não relacionadas diretamente com o objeto do convênio; e rendimentos de aplicações financeiras.
- (C) Pagamento de encargos de natureza civil, multas, juros ou correção monetária; e pagamento de taxas de administração, gerência ou similares.
- (D) Aquisição de bens de capital que contribua diretamente no processo produtivo, ou em immobilizações no país ou exterior; e aquisição de passagens e pagamento de diárias e hospedagens de empresários e/ou dirigentes, salvo se estiverem executando atividade prevista no plano de trabalho.
- (E) Despesas de representação sindical; e confecção, aquisição ou distribuição de presentes com finalidades promocionais.

QUESTÃO 51

Analise as alternativas e assinale a incorreta, a respeito dos órgãos de direção da ABDI, de acordo com a Lei nº 11.080/2004.

- (A) Diretoria Executiva, composta por um Presidente e dois Diretores.
- (B) Conselho Deliberativo, composto por quinze membros.
- (C) Conselho Econômico, composto por três membros.
- (D) O Conselho Deliberativo será composto por oito representantes do Poder Executivo e sete representantes de entidades privadas, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.
- (E) O Conselho Fiscal será composto por dois representantes do Poder Executivo e um da sociedade civil, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa incorreta a respeito dos órgãos deliberativo e fiscal da ABDI, conforme dispõe a Lei nº 11.080/2004.

- (A) A destituição de membros dos Conselhos Deliberativo e fiscal não foi autorizada por regulamento, foi apenas aprovada por esse instrumento legislativo de competência da ABDI.
- (B) O Presidente e os Diretores da Diretoria Executiva da ABDI serão escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.
- (C) O mandato do Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI será de 4 anos, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo Presidente da República.
- (D) Existe a previsão legal de exoneração de ofício por proposta do Conselho Deliberativo, aprovada a maioria absoluta de seus membros, para o Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI.
- (E) As competências e atribuições do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva serão estabelecidas em regulamento.

QUESTÃO 53

É correto afirmar, sobre as obrigações da ABDI, conforme o disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Apresentar, anualmente, ao Poder Legislativo, até 31 de janeiro, relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão no exercício anterior, com a prestação de contas dos recursos públicos nele aplicados, a avaliação geral do contrato de gestão e as análises gerenciais cabíveis.
- (B) Definir os termos do contrato de gestão, que estipulará as metas e objetivos, os prazos e responsabilidades para sua execução e especificação dos critérios para avaliação da aplicação dos recursos a ela repassados.
- (C) Remeter ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
- (D) Aprovar, anualmente, o orçamento-programa da ABDI para execução das atividades previstas no contrato de gestão e articular-se com os órgãos públicos e entidades privadas para o cumprimento de suas finalidades.
- (E) Disponibilizar informações técnicas, creditícias, entre outras, que contribuam para o desenvolvimento industrial brasileiro e apreciar o relatório de gestão e emissão de parecer sobre o cumprimento do contrato de gestão da ABDI.

QUESTÃO 54

É incorreto afirmar, a respeito dos contratos de gestão da ABDI, conforme disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Na elaboração do contrato de gestão, prevê-se, expressamente, a especificação do programa de trabalho, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.
- (C) O contrato de gestão assegurará à Diretoria Executiva da ABDI a autonomia para a contratação e administração de pessoal, sob regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) O processo de seleção para admissão de pessoal efetivo da ABDI deverá ser precedido de edital publicado no DOU – Diário Oficial da União, observando-se os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.
- (E) O contrato de gestão estipulará limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos empregados da ABDI e conferirá à Diretoria Executiva poderes para fixar níveis de remuneração para o pessoal da entidade, em padrões compatíveis com os respectivos mercados de trabalho, segundo o grau de qualificação exigido e os setores de especialização profissional.

QUESTÃO 55

Constituem receitas adicionais da ABDI, de acordo com o disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Recursos transferidos para a ABDI em função de doações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos suplementares, transferências ou repasses.
- (B) Recursos provenientes de convênios, acordos, propostas e contratos celebrados com entidades sem fins lucrativos, organismos internacionais e empresas públicas.
- (C) Dotações, legados extrapatrimoniais, subvenções estatais e não estatais, bem como outros recursos que lhe forem destinados e os decorrentes de decisão judicial.
- (D) Valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- (E) Rendimentos resultantes de aplicações financeiras e de capitais, quando autorizadas pelo Presidente da República e pelo Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 56

É correto informar que são órgãos de direção da ABDI, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005:

- (A) O Conselho Deliberativo e o Conselho Financeiro.
- (B) O Conselho Financeiro e o Conselho Fiscal.
- (C) O Conselho Financeiro e a Diretoria-Executiva.
- (D) A Diretoria Executiva e o Conselho Econômico.
- (E) O Conselho Fiscal e a Diretoria-Executiva.

QUESTÃO 57

O Conselho Deliberativo, órgão superior de direção da ABDI, é responsável pelas seguintes matérias, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.352/2005, exceto:

- (A) Aprovar o estatuto social da entidade, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004, e aprovar a política de atuação institucional, em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na mesma lei.
- (B) Deliberar sobre: o planejamento estratégico da ABDI, os planos de trabalho anuais e os relatórios de acompanhamento e avaliação, inclusive o relativo ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (C) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e o plano de aplicações apresentados pela Diretoria Executiva e aprovar as demonstrações contábeis e a respectiva prestação de contas da Diretoria Executiva.
- (D) Deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva referente ao plano de gestão de pessoal e ao plano de cargos, salários e benefícios, assim como sobre o quadro de pessoal e sobre a proposta de manual de licitações e de contratos elaborados pela Diretoria Executiva, e suas posteriores alterações.
- (E) Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004 e exercer outras competências que o estatuto atribuir, lembrando-se que o Conselho deliberará mediante resoluções, por maioria absoluta, observado o quórum mínimo de dois terços de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

QUESTÃO 58

O Conselho Deliberativo será composto por um representante de cada um dos órgãos e entidades públicas e privadas a seguir relacionados, com seus respectivos suplentes, sendo correto afirmar que são representantes do Poder Executivo, exceto:

- (A) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Casa Civil da Presidência da República.
- (B) Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Fazenda.
- (C) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- (D) IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e CNI – Confederação Nacional da Indústria.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

QUESTÃO 59

O Conselho Fiscal é órgão responsável pela fiscalização e controle interno da ABDI. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Conselho Fiscal, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005.

- (A) São atribuições do Conselho Fiscal: fiscalizar a gestão administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, observado o disposto no contrato de gestão; e deliberar sobre as demonstrações contábeis.
- (B) O Conselho Fiscal será composto por um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, um representante do Ministério da Fazenda e um representante da sociedade civil, e seus respectivos suplentes, todos designados para um período de três anos, sem remuneração, permitida uma recondução.
- (C) O Presidente do Conselho Fiscal será eleito dentre os membros, para um período de dois anos, vedada a recondução.
- (D) O representante da sociedade civil no Conselho Fiscal será designado pelo Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- (E) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, poderá solicitar aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações contábeis específicas.

QUESTÃO 60

Analisando-se o disposto no Decreto nº 5.352/2005, é correto afirmar que constituem receitas da ABDI, exceto:

- (A) Recursos que lhe forem transferidos em decorrência de dotações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos adicionais, transferências ou repasses.
- (B) Recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com pessoas físicas, entidades, organismos internacionais e empresas.
- (C) Doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados, bem como os recursos decorrentes de decisão judicial.
- (D) Valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- (E) Rendimentos resultantes de aplicações financeiras e de capitais, quando autorizadas pelo Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 61

A ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública. Conforme o previsto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar:

- (A) A ABDI tem sede e foro na cidade de Brasília – Distrito Federal, sendo-lhe permitido abrir e manter filiais, escritórios e representações por todos os Estados brasileiros, mas não no exterior.
- (B) A ABDI, como uma pessoa jurídica de direito privado, tem prazo de duração estabelecido em lei e previsão de renovação a cada cinco anos, conforme determina o Estatuto do Serviço Social Autônomo da instituição.
- (C) A ABDI tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.
- (D) São órgãos de direção da ABDI: Conselho Deliberativo, integrado por quinze conselheiros; Conselho Fiscal, integrado por três conselheiros; Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico; e DIREX – integrada por três membros, sendo um Presidente, um vice-Presidente e um Diretor.
- (E) Aos órgãos e entidades privadas representadas nos Conselhos, bem como aos seus respectivos representantes e aos membros da DIREX, não será atribuída responsabilidade solidária ou subsidiária quanto aos atos praticados no exercício de suas funções, em cumprimento da imunidade recíproca por decisão do Colegiado, em observância ao Regulamento e legislação pertinentes.

QUESTÃO 62

A vacância das funções de conselheiro é determinada pelo Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, sendo realizada por dois terços de seus membros. Assinale a alternativa incorreta sobre a motivação da vacância das funções de conselheiro.

- (A) Perda do cargo ou função pública motivada por condenação em processo administrativo disciplinar.
- (B) Declaração, pelo Conselho Deliberativo, de que o procedimento do Conselheiro é incompatível com a moralidade e o decoro administrativo, mediante processo administrativo disciplinar prévio.
- (C) Omissão, quanto às obrigações estatutárias.
- (D) Condenação, em processo judicial, com decisão transitada em julgado, motivada por ação ou omissão incompatível com suas obrigações de Conselheiro.
- (E) Ausência injustificada a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões, ordinárias ou extraordinárias, alternadas durante o prazo do mandato.

QUESTÃO 63

O Conselho Deliberativo da ABDI é órgão Colegiado de deliberação superior e será integrado por quinze Conselheiros, sendo oito representantes dos órgãos do Poder Executivo e sete representantes das entidades privadas. A respeito das entidades privadas relacionadas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, assinale a alternativa em que não se encontra uma das entidades participantes do Conselho Deliberativo:

- (A) Todos os órgãos do Poder Executivo e o Ministério do Comércio Exterior.
- (B) Ministério da Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República.
- (C) Ministério da Fazenda e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- (D) Ministério da Ciência e Tecnologia e órgãos do Poder Executivo.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

QUESTÃO 64

São competências do Conselho Deliberativo definidas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente e Vice-Presidente; aprovar o Estatuto Social da ABDI, bem como definir as posteriores reformas.
- (B) Aprovar a política de atuação institucional em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na Lei nº 11.080/2004, bem como deliberar acerca do planejamento estratégico da ABDI.
- (C) Deliberar sobre os planos de trabalho anuais e respectivos relatórios anuais de acompanhamento e avaliação, inclusive quanto ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (D) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e do plano de aplicações.
- (E) Deliberar sobre as demonstrações contábeis, inclusive quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo, após a deliberação do Conselho Fiscal.

QUESTÃO 65

Compete ao Conselho Fiscal da ABDI, conforme disposto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente; fiscalizar as gestões administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo da DIREX, observado o disposto no contrato de gestão.
- (B) Deliberar sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela DIREX, inclusive: quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo; e examinando e emitindo parecer acerca dos balancetes contábeis.
- (C) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis; e analisar, quando solicitado pelo Conselho Deliberativo ou pela DIREX, outras matérias de sua área de competência, opinando sobre elas.
- (D) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis específicas.
- (E) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a situação financeira-fiscal da ABDI para o público em geral, em respeito ao Princípio da Publicidade dos atos administrativos e transparência pública mediante autorização do Presidente por escrito.

QUESTÃO 66

Conforme o Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas, podemos compreender a existência de três tipos de expedientes que se diferenciam pela finalidade: ofício, aviso e memorando. A diagramação de cada um deles deve ser única e padronizada. A respeito da modalidade **memorando**, é correto afirmar:

- (A) O memorando é uma modalidade de comunicação interna e externa, tanto entre unidades administrativas da ABDI como entre unidades administrativas e setores públicos, exceto no que tange às comunicações oficiais ao público.
- (B) Em relação à comunicação interna, o memorando pode ser utilizado para unidades de mesma hierarquia, chefias imediatas, unidades diretamente subordinadas ou qualquer funcionário ou empregado da ABDI, desde que encaminhado com cópia para a chefia imediata.
- (C) O memorando é um dos principais instrumentos para a comunicação oficial entre os dirigentes da ABDI, desde que estes estejam na mesma localidade.
- (D) Tendo-se em vista a agilidade dos procedimentos abarcados pelo memorando, não se exige numeração sequencial, bastando a identificação da data de emissão para o controle interno.
- (E) A principal característica do memorando é sua agilidade; a tramitação do memorando em qualquer órgão ou unidade da ABDI deve pautar-se pela simplicidade e rapidez dos procedimentos burocráticos.

QUESTÃO 67

O Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas traz diversos modelos de expedientes oficiais que devem ser utilizados, mediante uma redação padronizada e oficial. Sobre o conceito e características da Redação Oficial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Redação oficial é o meio utilizado para o estabelecimento de relações de serviço na administração pública e corresponde ao modo uniforme de redigir atos normativos e comunicações oficiais.
- (B) As entidades e órgãos oficiais brasileiros devem contar com um profissional redator para a elaboração da Redação Oficial, que são textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação; para tanto, exige-se a criação de projetos literários mediante pesquisa de temas e esquemas preliminares.
- (C) Para o alcance da efetividade nas relações, são traçadas normas de linguagem e padronização no uso de fórmulas e estética para as comunicações escritas oficiais, as quais são revestidas de certas peculiaridades restritas ao meio.
- (D) As comunicações oficiais devem primar pela objetividade, transparência, clareza, simplicidade e impessoalidade, sem exceções.
- (E) A redação oficial, da qual se permite extrair uma única interpretação, há de procurar ser compreensível não apenas pelos órgãos oficiais, mas também por todo e qualquer cidadão brasileiro.

QUESTÃO 68

A respeito dos princípios que regem o Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas, é correto afirmar que:

- (A) O tratamento que deve ser dado aos assuntos próprios das comunicações oficiais, em respeito ao Princípio da Impessoalidade, decorre: da ausência de impressões individuais de quem comunica, sendo sempre do Serviço Público que é feita a comunicação; da impessoalidade de quem recebe a comunicação homogênea e impessoal, salvo exceções previstas em lei; e do caráter impessoal do assunto tratado, exceto as questões previstas em Regulamento e na legislação pertinente.
- (B) O princípio da clareza nas comunicações traz as seguintes características: dependência da organização do pensamento e da organização do texto de forma que o texto apresente coerência, mediante a análise pelo Redator concursado ou contratado, respeitada sua interpretação e livre convencimento, desde que apresentados subsídios para a análise das informações.
- (C) Os documentos escritos devem obedecer aos requisitos: frases diretas sem inversão dos períodos, estrutura ordenada de apresentação da abertura e detalhamentos necessários por ordem de importância, interesse e urgência; e encaminhamento com parágrafos e frases de até cinco linhas com apenas uma ideia central e palavras de uso corrente na voz ativa e no futuro do presente do subjuntivo.
- (D) A concisão é um princípio da Redação Oficial e consiste em transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras, sendo suas características: conhecimento do assunto, eliminação de palavras inúteis, manutenção de emprego cuidadoso com adjetivos, articulação da linguagem, não emprego de sinonímia no texto ou de expressões de duplo sentido, construção de orações na ordem direta, uniformidade verbal, recursos gramaticais e de pontuação de forma sensata e disciplina com o uso de expressões e fórmulas prolixas.
- (E) Uso de fechos é uma das características essenciais da Redação Oficial e se diferencia entre autoridades superiores, usando-se a expressão “atenciosamente” e entre autoridades de mesma hierarquia, usando-se a expressão “respeitosamente”.

QUESTÃO 69

O Manual de Redação de Correspondências Oficiais indica normas aplicáveis aos pronomes de tratamento. A respeito dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Excelentíssimo para: Presidente da República.
- (B) Eminentíssimo para: Reitor de Universidades.
- (C) Santíssimo Padre para: os Papas.
- (D) Reverendíssimo Senhor para: Chefes do Poder Executivo.
- (E) Excelentíssimo para: Presidente do Congresso Nacional.

QUESTÃO 70

Destaques e Números são elementos presentes nos documentos oficiais de toda instituição pública ou privada. Acerca dos Destaques e Números constantes no Manual de Redação de Correspondências Oficiais, é incorreto afirmar que:

- (A) O documento pode ser escrito em língua portuguesa ou estrangeira, observando-se a tradução obrigatória por tradutor juramentado nos casos de documentos e destaques escritos em língua estrangeira.
- (B) A separação de palavras deve ser evitada. Se, entretanto, for inevitável, não se separam: algarismos, nomes próprios, valores, siglas e ditongos.
- (C) Tratando-se de números redondos, utilizam-se sempre por extenso as medidas que exprimem comprimentos ou distâncias.
- (D) É permitida a utilização de abreviaturas para os títulos e tabelas.
- (E) A indicação do ano não deve conter ponto entre as casas de milhar e centenas.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
3. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.** Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
4. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
5. A resposta deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
6. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova discursiva em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no subitem 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

QUESTÃO

Uma das funções básicas do Banco Central – no Brasil e no mundo – é resguardar o poder de compra da moeda. A preocupação com a inflação tem fundamento, pois o seu descontrole piora a distribuição de renda, bem como reduz a renda média do trabalhador.

O que é regime de metas para a inflação? Na sua resposta, não deixe de indicar qual o índice de preços aplicado e o horizonte de tempo utilizado para verificação, bem como a meta para 2013 e sua banda de flutuação. Do mesmo modo, informe o instrumento de política monetária mais usado no Brasil no regime de metas para a inflação e como se espera que a economia reaja ao seu uso.

FOLHA RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO